

M. P.
J. P.

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos vinte e quatro de julho de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas catorze horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD, e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Confiança** –Cristiana Martins de Sousa (BE), Daniel Neves da Silva Pegado (PS), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Duarte Miguel Paiva Severim (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), João Inácio da Silva Abreu (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Orlando Manuel Henriques Fernandes (JPP), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Rubina Vanessa da Silva Rebelo (PDR), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, João Paulo Pereira Marques, José Agostinho de Freitas Baptista, José Jorge Andrade Camacho, Luís Miguel Moura de Sousa, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Paulo Renato C. da Silva Lobo, Rui Miguel da Silva Barreto, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e Rubina Maria Branco Leal Vargas. -----

--- **Vereadores ausentes e substituídos:** Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, do PPD/PSD. -----

--- Esteve também presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de divisão, designada para elaborar a ata desta reunião da Assembleia Municipal. -----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. Edgar Freitas Gomes da Silva, deputado municipal eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a suspensão do seu mandato por um período de seis meses, sendo substituído por Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

1.2. A Deputada Municipal Joana José Pedra Coelho, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a suspensão do seu mandato por um período de seis meses, sendo substituída por Catarina Sofia de Caré Ferreira. -----

1.3. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo

substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.4. O Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo NC, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Egídio Paulo Caires Fernandes. -----

1.5. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Agostinho de Freitas Baptista. -----

1.6. O Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Miguel Paiva Severim. -----

1.7. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge Andrade Camacho. -----

1.8. A Senhora Deputada Municipal Catarina Sofia de Caré Ferreira, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Manuel Domingos Sebastião. -----

1.9. A Deputada Municipal Teresa Alexandra Freitas Ramalho, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por João Inácio da Silva Abreu. -----

1.10. A Deputada Municipal Ana Luísa Mota Sousa e Freitas, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos.

1.11. O Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Daniel Neves da Silva Pegado. -----

2. EXPEDIENTE: -----

2.1. O Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz enviou os seguintes convites:

- Sessão solene comemorativa do Concelho que se realizou no dia vinte e dois de julho de dois mil e dezoito. -----
- Abertura da Semana do Mar que se realizou no dia vinte e três de julho de dois mil e dezoito. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto Um - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Professor Doutor Rui Carita, de acordo com o disposto no art.º 10º do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09**. O Presidente da Autarquia exprimiu a sua satisfação com a atribuição desta medalha, por reconhecer no Professor Doutor Rui Carita qualidades expressas na sua carreira militar e académica, mas também pela sua atividade em prol da comunidade funchalense e da sua Cidade, lembrando as exposições em que tem participado, os livros que tem escrito, muitos deles incidindo sobre a História e aspetos relevantes da cidade do Funchal, sem esquecer também o seu contributo para a museologia desde a instalação de um Museu Militar da Madeira na cidade do Funchal, até aos contributos para com o Museu Henrique e Francisco Franco e o Museu Cidade do Açúcar. Igualmente realçado foi o seu papel na salvaguarda património e na comemoração dos 500 Anos do Funchal. Por último, se lembra a recente colaboração na recuperação da Capela da Boa Viagem. -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC** veio reforçar com a sua intervenção o sentido da homenagem, acrescentando que o historiador, com a sua

ação além-fronteiras (Itália, Brasil e Emirados Árabes), tem levado longe o nome da Madeira, além-fronteiras. -----

--- Por esta ocasião a **Senhora Deputada Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento**, Primeira Secretária da Mesa, pediu a sua substituição para apresentar a sua intervenção, sendo substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

Sendo-lhe dada a palavra proferiu o seguinte: "O PSD sublinha a importância do reconhecimento do mérito do Professor Rui Carita, para com a cidade do Funchal e para com a Região Autónoma da Madeira, onde há longos anos trabalha e investiga. -----

Não repetiremos os argumentos aduzidos, ou as razões invocadas para a atribuição da justa homenagem a Rui Carita. -----

Testemunhámos ao longo dos anos o gosto pela investigação do curso da História e da consolidação do seu conhecimento na Região Autónoma da Madeira. -----

Acompanhámos a implementação de medidas fundamentais para a preservação e difusão do património civil, militar e religioso. -----

Partilhámos a experiências de docência e orientação e registámos a entrega devotada ao trabalho. -----

Sublinhamos, ainda hoje, a resposta a novos desafios e congratulamo-nos com a disponibilidade, constantemente manifestada, ao nível da docência em regime *pro bono* na Universidade da Madeira. -----

Admiramos a vitalidade e o entusiasmo postos no exercício da profissão. -----

Constatamos a coragem com que supera as adversidades. -----

Enaltecemos o estímulo e a possibilidade de imolação pelos vindouros. -----

E termino com Séneca na sua carta a Lucílio: *O ponto mais alto da moral consiste na gratidão. E esta verdade proclamá-la-ão todas as cidades, todos os povos, mesmo os*

oriundos das regiões bárbaras, neste ponto estão de acordo os bons e os maus. -----

O PSD secunda Séneca, nesta sua afirmação, e vota favoravelmente a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Grau Ouro a Rui Carita.” -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Um - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Professor Doutor Rui Carita, de acordo com o disposto no art.º 10º do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09**, à votação, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo vinte votos da Coligação Mudança, quinze votos do PSD, três votos do CDS/PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- Depois, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou o **Ponto Dois - Projeto do Regulamento do Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município do Funchal, de acordo com o disposto na al. g), do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro**, tendo este passado a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins**, que explicou que as competências naquela matéria haviam transitado também para o Município, originando a necessidade de elaborar um Regulamento de Táxis, para dar resposta a esta nova competência do Município. Foram ouvidos os profissionais do setor, a AITRAM e a DRET, entidades que colaboraram no desenvolvimento do regulamento, cuja redação mereceu consenso de todos os envolvidos, pelo que deverá ser votado favoravelmente. -

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, intervindo, afirmou que o grupo municipal do PSD ouviu os profissionais de táxis, as suas preocupações, anseios e sugestões, e concluiu que a cidade do Funchal não

carece de aumentar as licenças para mais táxis: o contingente existente no Funchal é suficiente, uma vez que a média nacional de táxis, por cada mil habitantes, é de 1.30 e na nossa cidade é de 4.19. Atualmente existem no Funchal 453 mais um veículo descaracterizado com licenças em vigor, sendo este número mais do que suficiente para suprir as necessidades da população e turistas. Necessárias são melhores condições de trabalho, mais serviço e menos concorrência. Necessário é melhorar vias de circulação --- (passadeiras apagadas, semáforos avariados, arruamentos fechados ao trânsito) e um conjunto de equipamentos e infraestruturas da responsabilidade da Câmara que por eles deve zelar. E prosseguindo, afirmou estar-se perante uma autarquia "autista" que reúne com parceiros, mas depois não acolhe nem considera as suas pretensões, afetando gravemente a população e, neste caso, os profissionais de táxis, que se mostram em desacordo com este Regulamento. O Regulamento de táxis, aprovado em reunião da Câmara, prevê emitir a possibilidade de emissão de novas licenças e, conseqüentemente, o aumento do contingente de táxis do Funchal de acordo com o artigo 9º e 10º. ----- Este Regulamento pode afetar negativamente o setor, não protegendo os profissionais de táxis. O PSD é, sim, claramente a favor da importante medida da implementação de incentivos para aqueles que queiram adaptar os táxis para a sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida.----- O PSD é igualmente a favor da introdução de veículos elétricos, devendo aqueles que o entenderem, receber incentivos, para o efeito, sem que isso signifique a emissão de novas licenças. ----- Foi reiterado o objetivo dos Deputados Municipais em proteger os interesses dos profissionais do sector e de toda a população do Funchal, pelo que se exorta o Executivo camarário a anular a possibilidade de emissão de novas licenças de táxi para a cidade. Para tanto, alterem-se os artigos 9º e 10º do regulamento proposto. -----

A desinformação é característica do Executivo da Câmara Municipal do Funchal que insiste em manipular a opinião pública. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, quis acentuar que o documento que toma em atenção os atuais contingentes e o atual número de licenças de táxis em vigor existentes no concelho do Funchal, que se cifram em 155, foi público, discutido e analisado por várias associações, nomeadamente a Associação Industrial de Táxis, sendo ainda de referir a própria Polícia de Segurança Pública. -----

Atualmente este diploma, por via da sua regulamentação aprovada em reunião de Câmara, encontra-se limitado pelos contingentes de âmbito municipal; quem tem que decidir se eventualmente vão ser emitidas novas licenças é o Executivo camarário. O CDS acompanhou os estudos que foram feitos por essas entidades independentes, como seja o Observatório da Autoridade de Mobilidade dos Transportes, que inclusivamente vinca uma coisa fundamental que é: *os municípios devem de tomar decisões sobre o exercício das suas competências, no âmbito dos Serviços de Transporte em Táxis, através de procedimentos de consulta pública*. Ora, o CDS entende que isto é o bastante para o voto favorável da Assembleia Municipal. Na parte final do documento referem: *em nenhum momento deverá ser privilegiada a perspectiva de agentes específicos, designadamente a perspectiva dos agentes, essencialmente, associados à oferta, mas sim também importante contemplar a perspectiva do lado da procura*. -----

Segundo o estudo efetuado durante o ano de 2007 por este observatório, a Região Autónoma Madeira tem 833 licenças de táxis, sendo no Funchal o número de 455. -----
Por isso, o CDS gostaria de saber se o Regulamento salvaguarda, ou não, os atuais empresários deste sector e se, durante a sua vigência, a Câmara entenderá aumentar significativamente as licenças sob pena de concorrência entre os empresários de táxi e possibilidade de fecho de empresas. -----

Se as matrículas dos táxis anteriores a 2001, não estiverem salvaguardadas, não será de contar com o voto favorável do CDS. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, subscreveu seguidamente a importância da intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Pimenta no respeitante às duas últimas questões, também elas da preocupação do PSD, nomeadamente a questão das licenças e a das matrículas previstas no PAMUS. Adicionalmente, a questão do PSD vai no sentido de saber se, seja no PAMUS seja no regulamento de táxis, se prevê especificamente um regime de exceção para as matrículas dos Táxis e o compromisso formal de não aumentar as licenças. -----

--- Para **o Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, este diploma em discussão é uma adaptação da legislação, ou seja, resulta da transferência de competências, que outrora eram do Governo Regional, para os Municípios. -----

Trata-se de um regulamento em que foram ouvidas as várias entidades, inclusive a Direção Regional de Economia e Cultura, pelo que, se críticas há, também lhes são devidas. -----

Já quanto à questão de que as vias, as ruas e os caminhos poderão estar em mau estado, o esforço do atual Município é louvável por arranjar muitas ruas e muitas artérias, algumas delas com dezenas de anos votadas ao abandono. Não é justo, nem é honesto reivindicar que essas mesmas obras sejam feitas em quatro ou cinco anos, quando, em quarenta, isso não aconteceu.-----

É provado que a AITRAM aprova e apoia este diploma, pelo que estão reunidas as condições para a sua votação favorável -----

Não se pode proibir o alargamento do número de táxis, este é um diploma com olhar para o futuro, se o turismo melhorar, se o Governo Regional for mais dinâmico em termos de captação de turistas para a Região, certamente haverá necessidade, depois, de novamente ouvir as mesmas entidades, de aumentar o número de táxis. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, que passou a responder às dúvidas suscitadas pelos diversos deputados, convidando a que todos lessem o comunicado da AITRAM que diz estar esclarecido e confortável em relação a este regulamento que ele salvaguarda os interesses dos profissionais do setor. -----

Em relação às licenças, ninguém está a considerar aumentar ou diminuir as licenças, e se alguma vez isso tiver de ser feito, será necessária a anuência de todos que participaram no regulamento, que são a PSP, a Autoridade de Mobilidade e Transportes, a DRET e a própria AITRAM.-----

Em resposta à questão do Senhor Deputado Alexandre Silva, o esclarecimento foi no sentido de afirmar a obrigação de fazer figurar no documento um conjunto de premissas para análise e estudo, ocorrendo só após a tomada de decisões. Sobre as matrículas, a afirmação foi a de que isso já havia sido esclarecido. -----

Quanto ao aumento ou diminuição de licenças, tal nunca poderá ocorrer sem a concordância dos profissionais do setor. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, acusou o Senhor Vereador Bruno Martins de faltar à verdade porque na última reunião de Câmara, como registado em ata, uma colaboradora do Departamento de Trânsito havia afirmado a possibilidade do aumento de licenças para os profissionais de táxis -----

Questão igualmente relevante, porque os profissionais de táxis têm nas suas frotas muitos veículos com matrícula anterior a 2001, é a da sua proteção para que não haja impedimento de circulação na cidade do Funchal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, que reiterou a satisfação da AITRAM e sublinhou que a alteração do contingente



implicará sempre anuência de todos e imperativo legal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que precisou que, tanto o acesso à atividade, como a emissão de licenciamento dos veículos continua a ser feito pela Direção Regional dos Transportes. O Funchal transpôs para o regulamento aquilo que já constava do regulamento daquela Direção para o Município do Funchal, incluindo a questão do contingente.-----

Não há necessidade de contingente, nem de implementação de zonas de emissão reduzida, porque há todas as condições para não o fazer. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** interveio para afirmar que se o estudo necessário à implementação do PAMUS ainda está a ser feito, o gráfico delineado abaixo da Cota 40 que vai desde o Edifício 2000 até à Barreirinha e até à Avenida do Mar, e que aponta para uma medida concreta, não é uma medida para Bruxelas ver.-----

Que se assuma claramente se esta foi só uma medida para ir a tempo do Quadro 20- 20.

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que, falando da qualidade do ar, afirmou ser ela monitorizada por duas unidades IPMA, a comprovar que o Funchal é das cidades com melhor qualidade do ar. -----

Foi o PSD que criou o alarme social, ao afirmar que o Executivo ia proibir a entrada de carros na baixa do Funchal.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** começou por acusar a política de facilitismo do Executivo da Câmara Municipal do Funchal, mencionando vários exemplos como o licenciamento de *roulottes* na Avenida Arriaga e outras na Praça do Povo, atentando contra o comércio tradicional e a restauração que hoje

definham e passam por grandes dificuldades no centro da cidade do Funchal. Igual desnorte governativo é o que ocorre no Mercado Municipal dos Lavradores, em que o atual modelo de exploração concebido pelo atual Executivo, fomenta preços elevadíssimos, aludindo a um caso concreto de grande inflacionamento dos preços praticados, o que constitui um péssimo cartaz turístico para a Região, chegando os próprios guias turísticos a alertar para o risco das compras em tal espaço. O Mercado dos Lavradores está a ser conhecido como uma “central de depenagem”, expulsando assim os compradores. É necessário encontrar um outro modelo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** interveio, para, citando o regulamento, afirmar nele não ver plasmada a afirmação feita pelo PSD, do aumento do contingente de táxis. -----

--- Nesta ocasião **o Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, 2º Secretário da Mesa, do GMNC (MPT),** foi substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD, para poder intervir, o que fez, afirmando ser o regulamento uma armadilha que não serve a cidade e se vira contra os taxistas, contra as suas famílias, contra aqueles que dependem do trabalho de táxi. -----

Refutando as afirmações do Senhor Deputado José Manuel Sebastião e do Senhor Deputado Sérgio Abreu relativamente ao aumento do número de táxis, em contradição com o afirmado no PAMUS, o deputado a usar da palavra, manifestou a sua desconfiança na palavra do Executivo, que disse mentir sistematicamente. -----

Exemplos disso são as Bolsas de Estudo que eram para todos, agora são para alguns, o Apoio dos Livros que eram para dar, agora, apenas para emprestar, iam investir no saneamento básico em toda a cidade e só o vemos pontualmente aqui e ali. -----

Lembrando as palavras do Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, do CDS-PP, *“não contem com o CDS, se este regulamento permitir o aumento de licenças de Táxis... Não contem*

com o CDS se os carros com matrícula anterior a 2001, não vão poder entrar na cidade.”, será agora necessário ver o seu sentido de voto, acusando-o de fazer alianças à esquerda e à direita. -----

Mais: a Câmara tinha que estar preocupada não com o aumento do número de Táxis da cidade, mas com o estado das estradas, porque quem lê as atas desta Câmara, verifica que todas as semanas há dinheiro a sair do erário público para estragos em carros de municipais. Imagine-se o desgaste que os táxis têm provocado pelo estado das estradas, degradadas, como nunca em quarenta anos se viu. -----

Outra preocupação devia ser a concorrência desleal ao nível que existe, ao nível deste tipo de transporte. -----

Por tudo isto e pela proibição da entrada de veículos com matrícula anterior a 2001, o voto será contra. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, corrigiu a leitura do regulamento, aquando da intervenção dos deputados do PSD, sublinhando que a fixação do contingente será feita numa periodicidade não inferior a 2 anos e será sempre precedida da audição das entidades representativas do setor. Ou seja, esta possibilidade de o contingente ser alterado só ocorrerá ouvindo previamente as entidades representativa do setor, e tendo a sua anuência como já foi referido durante o debate. -----

Outra questão a opô-lo a essas intervenções é a sugestão implícita da proibição do aumento do contingente em qualquer circunstância, contrariando a dinamização económica. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, sugeriu ao Senhor Presidente e à Vereação que na redação do texto do artigo 9º, seja feita a menção de que não se pretende aumentar o contingente e que isso só possa

acontecer, depois de ser aprovado pelos profissionais de táxi. Para tanto, foi reiterando argumentos já anteriormente apresentados pelo Grupo Municipal do PSD-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, veio retrucar com nova insistência na leitura do nº 2 do artigo 9º: que a fixação do contingente será alterada mediante a audição prévia das entidades representativas do setor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, insistindo, e interpelando o Senhor Deputado Alexandre Miguel Carvalho da Silva, citou o Artigo 14º, do aludido regulamento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, veio reafirmar a posição do PSD relativamente às interpelações que foram feitas, insistindo na falta de clarificação Artigo 9º. Lembrando o comunicado assinado pela Associação, ele é tão só um comunicado. Não existe nenhum compromisso formal, a Câmara reserva para si o dom da verdade de poder alterar o contingente, mesmo ouvindo este mundo e o outro.

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, manifestou a sua estupefação perante a intervenção anterior, pelo que ela manifestava de descrédito face ao comunicado da AITRAM. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, interveio para pôr em causa uma alegada praxis política da oposição que recusa a vontade de eleitorado que deu a maioria ao Executivo. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, que em resposta ao Senhor deputado Sérgio Abreu esclareceu não dever plasmar –se no regulamento uma obrigação que impedisse de rever um contingente, quando, por exemplo, os profissionais do setor o quisessem, lembrando que os cargos são temporários e que não seria de bom senso trancar o próximo Executivo com uma medida dessas. -----

Concordou existir um número de licenças excessivas, mas deverá ser a DRET a justificá-lo. Finalizando, apelou ao voto favorável -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dois - Projeto do Regulamento do Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município do Funchal, de acordo com o disposto na al. g), do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro**, à votação, sendo **aprovado por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte votos da Coligação Confiança e três votos do CDS/PP, dezoito votos contra, sendo dezasseis votos do PSD, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e uma abstenção do PCP/PEV-CDU. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, fez a seguinte declaração de voto: “Contrariamente ao que ouvimos durante esta tarde nesta Casa democrática, todos os deputados têm o direito de exercer o seu sentido de voto da melhor forma como o entenderem e nós valorizando, por um lado todos os contributos que foram sendo feitos no âmbito da discussão pública, quer pelas entidades ouvidas, quer pelos profissionais de Táxi de forma individual, não podemos votar favoravelmente este regulamento porque há um conjunto de dúvidas que não vimos esclarecidas, e não poderíamos também votar contra porque há questões que foram positivas introduzidas neste regulamento, mas favoravelmente não seria possível.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, referiu que “o sentido de voto do grupo municipal do CDS-PP face ao conjunto de questões levantadas foram respondidas de forma inequívoca e objetiva às objeções que tínhamos, daí que não nos restava outro sentido de orientação de voto, inclusivamente reiterando um pouco aquilo que a Associação dos Profissionais de Táxi já o afirmou no comunicado, em que todas as manifestações criadas ou sugeridas pela Associação estão vinculadas no

respetivo documento.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, justificou assim: “Este diploma que contou com a participação de várias entidades, mereceu o nosso voto favorável, nós não podíamos votar contra a opinião da Associação de Táxis nem contra os taxistas, nem podíamos votar contra o futuro da cidade do Funchal, que é um futuro risonho e que prevê o aumento da sua atividade económica.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, declarou o voto do PSD relativamente a esta matéria, como segue: “Julgo que já decorreu do próprio debate, na sua generalidade, concordar com o documento, contudo tem uma menção relativamente ao contingente que o PSD não pode aprovar e muito menos concordar, na medida que reserva à Câmara a decisão final e deixa em aberto a possibilidade do aumento do contingente. “ -----

--- Por esta ocasião o Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Segundo Secretário da Mesa, voltou a ocupar o seu lugar na mesma. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** para apresentar o **Ponto Três - Contrato-Programa com a Empresa SocioHabitaFunchal, EM, de acordo com o nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012 de 31/08**. Começou por referir que o Contrato-Programa visa fazer a cobertura de toda a responsabilidade social que a SocioHabitaFunchal enquanto empresa municipal, assume, nomeadamente, diferenças entre a renda técnica e a renda social que é imputada aos inquilinos daquela empresa e também, de toda a componente operacional quer com gestão do parque imobiliário, quer com outras atividades que estão no escopo de funcionamento da SocioHabitaFunchal, por exemplo, os Centros Comunitários, as Hortas Comunitárias ou as atividades de verão, como são os ATL. -----

Agradecendo a presença do Senhor Administrador da SocioHabitaFunchal, Dr. Filipe



Rebelo, referiu que ele poderia explicar mais detalhadamente as dúvidas que possam surgir na Assembleia. -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** alegou que o direito à habitação é um direito social fundamental, todas as pessoas necessitam de ter um local adequado e digno para estabelecer os seus laços familiares, para viver a sua intimidade, um local que lhes dê bem-estar e saúde. O pior ataque que se pode fazer à dignidade de uma pessoa é não ter um teto para dormir. -----

Neste particular o PSD, o partido da Região que mais contribuiu nesta matéria e deixou um legado a todos os Madeirenses que perdura até hoje sempre foi a favor da habitação social. A SocioHabitaFunchal, criada em 1998 pelo PSD, permanece no seu objeto e conceito, intocável e atual, como aquando da sua criação. Contudo, o desafio também é o mesmo. Existem dois grandes problemas na SocioHabitaFunchal, nomeadamente a sobrelotação das casas, o que reflete a necessidade de mais habitação social, e o número elevado e crescente de inquilinos em situação de incumprimento, que significa uma dupla situação de injustiça social para quem cumpre. -----

Aqui chegados, a gestão da SocioHabitaFunchal tem de ser séria, transparente e sobretudo criativa e é nesta nova gestão e política deste Executivo e da SocioHabitaFunchal, que o PSD coloca sérias dúvidas. -----

Entendemos que o que é do interesse público tem de estar no domínio público, portanto aqui a questão, é a nova gestão e a sua política, senão vejamos: temos o Amianto Zero, na altura em 2015, foram identificados 71 fogos e foi comunicado mais habitação social, passados vários anos temos 8 fogos inaugurados e com uma solução, sabe-se lá para quando, os restantes. -----

Em relação ao Contrato-Programa há um pormenor que salta logo à vista, a tendência

sempre foi uma gestão equitativa, tanto que nos últimos relatórios houve uma disparidade, mas no ano passado houve uma diminuição dos custos de exploração de quase 2%. -----
O Contrato-Programa tem o maior subsidio á exploração de sempre de quase meio milhão de euros, um aumento de quase cento e cinquenta mil euros com encargos com pessoal, um acréscimo de 32%. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, concordando com o Senhor Deputado Alexandre Silva, assentiu em que os bairros tutelados pela Câmara Municipal do Funchal estão sobrelotados e isso é um sintoma de que é necessária mais habitação social no concelho do Funchal. A dúvida está em que, a nível regional, o PSD não partilhe a mesma visão. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, respondendo, referiu que em relação a esse particular o PSD foi responsável por quase todo o parque habitacional social da Madeira e do Funchal. Já o Executivo da Câmara, em quatro anos não fez um único fogo habitacional. De resto, em discussão, estão questões autárquicas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, reivindicando ser o seu partido o mentor do “Amianto Zero”, quis relembrar a importância da questão da habitação e do seu deficit de 381 mil fogos, cuja resolução já havia sido objeto de reivindicação pelo seu vereador no mandato anterior. -----

Em discussão está agora o objeto social da SocioHabitaFunchal, cujo site referencia que o ano de 2000 foi o ano de grande crescimento e do volume de construção de fogos destinados à habitação social no nosso Concelho. Em 2018, é necessário criar medidas de apoio social a estas famílias que de facto têm uma grande carência do mercado habitacional, não interessa quem é que tem a obrigação de o construir, é preciso é haver diálogo e o CDS sobre esse ponto tem dito, quer ao grupo municipal do PSD quer ao grupo

da Confiança que é fundamental criar pontes de concertação, pontes de diálogo, pontes de cooperação. -----

Relativamente às contas, o CDS não tem nada a opor, havendo, ainda, assim, uma ressalva a de que os subsídios à exploração em 2016 rondavam 418.247 mil euros, tendo havido em 2017 uma redução para 384.447 mil euros. Ainda assim é preciso salvaguardar os postos de trabalho de quem ali trabalha diária e arduamente e, por isso, o CDS nunca poderia deixar de viabilizar este documento que vem à Assembleia Municipal. -----

De salvaguardar, também, e a registar em ata, o alerta para a necessidade de a SocioHabitaFunchal receber da parte de todos os inquilinos as rendas respetivas, eventualmente, assim, não se estaria a falar do subsidio à exploração de quatrocentos e tal milhões de euros, porque a empresa seria autossustentável não sendo necessário haver um reforço do protocolo entre a Câmara Municipal do Funchal e a SocioHabitaFunchal. ---

Num futuro documento a ser entregue aos deputados municipais deveria incluir-se, por exemplo, a questão das provisões técnicas contabilísticas e a estimativa do recebimento da parte de terceiros, que evitaria críticas, como as que estão a ser feitas. As pessoas que trabalham na SocioHabitaFunchal, para o CDS, não têm cartões de filiação, por isso quem lá está há mais de 13 anos a trabalhar em prol dos munícipes, merece confiança. -----

No entanto, o acréscimo na rubrica de custos com o pessoal custa aos cofres do Município mais de 25 mil euros por mês, do ponto de vista interpretativo, do ponto de vista contabilístico e de gestão, CDS gostaria de vincar essa nota como menos positiva no relatório. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, lembrou a inauguração, por parte do PSD, em maio anterior, duma placa informando sobre a construção de 30 fogos de habitação social em São Gonçalo. Na altura o deputado João Paulo Marques dizia que não

era com primeiras pedras que se fazia habitação, mas com obra efetiva, ainda assim, passado um ano e tal continua lá a placa e pouco mais avançou além disso. -----

Continuando, afirmou a concordância entre as placas lançadas pela Câmara Municipal do Funchal e a inauguração das primeiras habitações, estando outras em construção, com fundos próprios da Câmara Municipal do Funchal, coisa que no passado não acontecia. --

Do Governo Regional, apenas lembra, nos últimos 5 anos, as casas construídas para os desalojados dos incêndios. Enquanto Presidente da Junta, o contacto com pessoas com problemas de habitação, a viver em situação degradante, é muito frequente. Houve quem fosse realojado em habitações da IHM, sem condições mínimas, em apartamentos ardidos inclusive. O desafio fica a quem quiser para verificar se alguma vez alguma habitação entregue pela SocioHabitaFunchal, foi entregue sem condições dignas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, do PPD/PSD**, intervindo, referiu não ter sido o PSD a divulgar no ano anterior um cartaz a dizer “Amianto Zero cumprimos”, a ser depois retirado em plena campanha eleitoral. -----

A verdade é que nos últimos 4 anos desta Câmara Municipal nem um único fogo para habitação foi construído. -----

De perguntar ainda é o paradeiro de 28 milhões de euros que os Senhores Vereadores Madalena Nunes e Miguel Gouveia foram a Lisboa negociar, a 26 de outubro de 2016, com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, e que ainda não chegaram à cidade do Funchal para construção. -----

Se em cinco anos esta Câmara Municipal construiu oito fogos habitacionais, quantos anos vai demorar a dar resposta a estas 3.100 famílias que precisam de habitação? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de freguesia de São Martinho, do GMC**, foi reiterando argumentos a reforçar a disparidade de números - 8 fogos construídos pela Câmara Municipal do Funchal são muito



mais do que os que foram construídos pelo Governo que foram zero. -----

Em termos de placas, elas foram colocadas, no Bairro da Nazaré nas vésperas de eleições, a dizer que a IHM Reabilita os Bairros. Ora, não havia reabilitação nenhuma. Os andaimes no Bairro do Hospital foram desmontados, passados poucos dias. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, quis também intervir para tecer comentários a algumas questões: a incomparabilidade em termos de construção de habitação social entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional: a primeira fez muito mais do que o Governo Regional supostamente deveria ter feito, e, sem Fundos Comunitários ou apoios da República. -----

Outro aspeto prende-se com o facto de realmente existir uma grande disparidade entre a renda técnica, que é a renda do valor do mercado dos imóveis que estão a ser disponibilizados aos inquilinos, e a renda social que é por eles paga. Os inquilinos não têm capacidade socioeconómica para suportar a renda técnica, portanto essa cobertura que a Câmara tem de fazer é a forma de garantir o direito à habitação dos mais carenciados. ---

Não se pode querer uma sustentabilidade económico-financeira da empresa através da destruição do seu propósito e enquanto existirem inquilinos economicamente carentes não há outra volta a dar a esta situação. -----

A SocioHabitaFunchal tem agora mais assistentes sociais ao seu dispor, mais psicólogos, mais técnicos para contribuir para que a fruição dos bens seja feita numa forma mais cívica em que prezem aquilo que têm, ou seja, contribuindo para que os bairros sociais da Câmara não se constituam como guetos, mas sim como unidades construídas com a participação e contributo dos inquilinos no sentido de tornarem esses espaços aprazíveis. -----

Necessário é ver as razões sociais que estão por detrás dos números e da realidade financeira. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**,

começou por lamentar que independentemente de quem esteja à frente dos destinos da Câmara Municipal do Funchal, se esqueça de todo um passado que infelizmente não acabou por trazer qualquer benefício na área do concelho do Funchal, e é necessário relembrar que no início do primeiro mandato deste Executivo foi proposto na Assembleia Municipal do Funchal, um Debate Específico Sobre as Questões da Habitação. À data eram cerca de 3.400 famílias a aguardar por uma habitação social, e é de lamentar que a partidarite não permita o consenso em tentar resolver os problemas habitacionais de muitos milhares de famílias no concelho do Funchal. -----

Mantêm-se os números de 2013/2014: 3.400 famílias em lista de espera a aguardar uma habitação social, importando saber se essas famílias foram, ou não, incluídas pela SocioHabitaFunchal, se houve um encaminhamento para outros programas habitacionais que a Câmara tenha. -----

A informação de serem apenas doze as famílias como meta a serem realojadas, tendo em conta o número imenso nessa situação suscita dúvidas. -----

Fica também por saber se dessa tentativa de articulação que tem de haver entre entidades para resolver os problemas já haverá alguma resposta concreta para a construção de habitação efetiva no concelho do Funchal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** manifestou que gostaria que a Câmara Municipal do Funchal tivesse uma política de habitação social mais concreta, com metas mais correspondentes àquelas que são as necessidades de habitação na cidade do Funchal. São pelo menos 3100 famílias à procura de uma solução para habitação, algo que requer um conjunto de medidas e de políticas concertadas que têm de ser levadas a cabo, não só por parte da Câmara Municipal do Funchal, mas também por parte do Governo Regional e pelo da República. É preciso estabelecer prioridades e a Câmara Municipal do Funchal muitas vezes tem tido outras,

pelo desejo de reeleição, de almejar a Presidência do Governo Regional e o assalto ao poder obriga a uma inversão de prioridades, porque infelizmente a consciência política da população da Madeira é muito baixa e premeiam-se as más práticas na política em detrimento daquilo que verdadeiramente importa. -----

Ainda sobre o aumento de gastos com o pessoal neste Contrato-Programa com a SocioHabitaFunchal, importa saber se ele é devido à contratação de mestres para reparar os fogos habitacionais que estão degradados, ou se este incremento com o pessoal é para colocar administradores/boys do PS ou de outro partido qualquer, afeto à Câmara Municipal do Funchal, porque é importante ser transparente e esclarecer este aumento dos gastos. -

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, considerando que é recorrente o reporte dos moradores dos bairros camarários de situações de interruptores desligados, luzes queimadas, pavimentos danificados e deteriorados, derrames de água, torneiras inoperacionais, vidros partidos, portas e fechaduras danificadas em zonas comuns dos prédios inseridos nos referidos bairros e da responsabilidade da edilidade, é da responsabilidade dos serviços a manutenção das áreas comuns dos mesmos, sendo as deficiências supra referidas advenientes do desgaste normal pelo uso dos equipamentos, sendo aliás, tal fundamental para o normal usufruto dos mesmos e se vêm então cerceados os moradores quanto ao seu uso pelos factos referenciados, sendo ainda adicionais e não menos importantes as questões de segurança inerentes, mormente no que concerne a crianças. -----

Importante será saber qual o valor específico atribuído orçamentalmente para a manutenção das áreas comuns e respetivos equipamentos para o ano transato de 2017, e qual o valor atribuído para o corrente ano de 2018. Igualmente se solicita que adicionalmente seja informada esta Assembleia da eventual existência de um serviço a que esteja atribuída a função de verificação das zonas comuns em referência, e se sim, qual, e

com que periodicidade são feitas as vistorias, respetivos resultados de reporte e subsequente resolução das questões apuradas. -----

É importante a questão social, mas também é importante a qualidade da resposta. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** realçou que a SocioHabitaFunchal é uma empresa municipal importante do ponto de vista social, a quem não se negará a importância de ter nos seus quadros, não só os melhores, como também os suficientes para aquilo que são as necessidades da população. O questionável é o valor total do custo de exploração de 1 milhão e 330 mil euros, quando em 2017 ele era de 1 milhão e 76 mil euros, e em 2016 de 1 milhão e 94 mil euros. Alegar-se-á a existência de um novo Centro Comunitário na zona das Cruzes, onde antes existia um espaço Sénior, invocar-se-ão os fogos dos Viveiros, mas o projeto já existia, e a concretização só agora acontece. A empresa demonstra como rendimentos provisionais 835 mil euros, o que dá à volta de 500 mil euros de défice, 30% deste valor é alocado à nova contratação, sem que seja facultada informação sobre os concursos e os seus critérios, ficando, assim, prejudicada a transparência, numa eventual manobra política de recrutamento, como a que se faz em outras empresas municipais. -----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNC (MPT),** foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD, para poder intervir. -----

Tomada a palavra que foi, disse saber como funcionam as empresas municipais da nossa cidade, umas dão pouco lucro, outras só dão prejuízo e mesmo assim continuam de portas abertas. -----

É igualmente sabido que a IHM e a SocioHabitaFunchal têm problemas comuns em relação às obras e manutenção dos espaços. -----

Estão 3185 famílias à espera. Os candidatos foram chamados à SocioHabitaFunchal. Foi-

lhes dada esperança de resolver o seu problema, enganando-os de forma impiedosa. ----
Urge uma gestão séria e transparente. Mais 150 mil euros para pessoal são mais uma forma de arranjar emprego para alguns. Tanto à SocioHabitaFunchal como à Frente MarFunchal, devia ser feita uma auditoria. Esta última devia ser encerrada imediatamente, e a SocioHabitaFunchal tem que ter uma gestão transparente, criteriosa, justa e verdadeira. -
A SocioHabitaFunchal tem à sua responsabilidade as hortas urbanas. Quanto é que custa a esta Câmara, manter aquelas que estão abandonadas e transformadas em autênticas lixeiras? Para quantos apartamentos dariam os valores gastos nestas hortas? -----
Para quando as obras de manutenção na habitação social desta Câmara? -----
A Câmara investe em 8 fogos e irá investir noutros 8 ou 4, porque bastam estes para aparecer nos jornais, bastam estes para fazer campanha política. Há casos extremamente duvidosos e que devem ser observados pelos deputados, pelas autoridades, pelos vereadores, porque os critérios podem não estar a ser tão sérios e tão transparentes como deveriam. -----
--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que declarou saber dos muitos problemas de habitação no nosso Município, estando empenhado na sua resolução -----
No tocante ao Amianto Zero, sublinhou igualmente a sua importância, com oito fogos inaugurados, a juntar a mais vinte e seis no final do ano, contra zero por parte do PSD. A questão da habitação social e da gestão dos nossos bairros não se resume só à questão dos edifícios, mas também à das paredes e da manutenção. -----
Estão inscritos no orçamento, para obras de manutenção dos bairros, 270 mil euros, mas o mais importante é uma gestão com proximidade no sentido de as próprias pessoas também zelarem por aquilo que é seu, também. Igualmente importante é a preocupação com um projeto social que valorize a pessoa, daí a contratação de técnicos, conforme

aprovação unânime de 23 de novembro de 2017, cujos nomes e profissionalismo foram seguidamente citados. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que assim esclareceu: “Relativamente à questão levantada pelo Senhor deputado Bruno Macedo sobre os 28 milhões de euros do empréstimo ao IHRU que eu e a Vereadora Madalena, tivemos oportunidade de reunir com o vosso companheiro Victor Reis, Presidente do IHRU, eu estive reunido na sequência das reuniões mantidas cá após os incêndios de 2016, e na altura disse-nos ele, que existia uma dotação do BAI que estava a terminar em setembro e que estavam a negociar a possibilidade de estender esse empréstimo, cujo período de carência era 5 anos e que estava a terminar precisamente em setembro de 2016. Nós fizemos algumas reuniões exploratórias e chegou-se à conclusão que não conseguiram prorrogar o prazo desse empréstimo dos 28 milhões de euros que ainda existiam do BAI. -----

A verdade é que nós não ficamos de braços cruzados, fomos lá exploramos, não deu para abrir aquela porta, estamos a explorar outras e se calhar vamos ter outras fontes de financiamento dentro em breve. -----

Agora, sobre as 3 mil famílias que estão a aguardar habitação no Funchal, referidas em algumas intervenções, é preciso perceber que não se queira transforma isto numa questão exclusivamente municipal, apesar da Lei Quadro para a descentralização que foi aprovada na semana passada na Republica, prever um conjunto de áreas que passariam para os municípios, nomeadamente da habitação social, da ação social, da educação que este município já tem desenvolvido a custo do seu orçamento municipal um conjunto de iniciativas, na Madeira ainda é uma miragem esta questão da descentralização e também é uma miragem a questão das transferências do IVA de 7,5% que não percebo porque é que o PSD diz que há um cerco. Há um cerco, efetivamente, mas a este município e ao

Funchal e que já tem cerca de 5 anos. -----

Aquilo que nós não podemos fazer é incorrer o risco de colocar *os cavalos à frente dos bois*, é adjudicarmos obras, termos adjudicações de habitação social e depois nem os processos de expropriação estão concluídos, ainda hoje conhecemos 3 milhões de euros de indemnização por processos de expropriação que também são da responsabilidade do Governo Regional, portanto a responsabilidade pela adjudicação da obra e a responsabilidade pelo processo de expropriação dependem do mesmo responsável político, do mesmo Presidente do Governo Regional. -----

Falando sobre a intervenção do Senhor Deputado Roberto Vieira tenho que refutar completamente as afirmações que foram aqui feitas, o Pomar Comunitário que depende da SocioHabitaFunchal é um projeto financiado pela Fundação EDP e que tem merecido as mais altas distinções a nível nacional. -----

Não reconheço também que haja qualquer funcionário a levantar falsas expetativas, e se conhece seria de todo aconselhável que trouxesse à liça quem são esses funcionários, eventualmente poderão existir algumas situações que V. Exa tenha conhecimento e que o Executivo não tem. -----

Em relação à gestão da SocioHabitaFunchal, o Senhor Presidente da Câmara, já aqui falou que foi votado a questão dos aumentos do quadro de pessoal por todos os Vereadores da Coligação Confiança, do PSD e do CDS foi votada a abertura dos processos concursais por unanimidade, daí eu também ficar com alguma estranheza de ouvir aqui as pessoas falarem de como é que de um momento para o outro se aumentou os encargos com pessoal, nomeadamente com a vossa postura incoerente quando na última Assembleia Municipal votaram a favor um aumento ilegal do subsidio de insularidade que nem pode ser aplicado, porque são custos das empresas municipais. Por um lado, reclamam que as empresas municipais estão a aumentar os encargos com pessoal, por outro lado votam,

sabendo que é ilegal, um aumento dos encargos com pessoal com o subsidio de insularidade. Portanto, decidam-se e sejam coerentes. -----

Se me for permitido dava a palavra ao Senhor Administrador da SocioHabitaFunchal para explicar mais ao pormenor, os trabalhos que são feitos por aquela empresa. “ -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Administrador da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, Filipe Rebelo**, que proferiu as seguintes palavras: “É com desagrado que eu oiço coisas sobre a SocioHabitaFunchal. -----

Primeiro, o orçamento de 2018 que estamos cá a falar, foi do antigo Administrador. -----

Segundo, falamos de cunhas, como disse o Senhor Presidente, já estão a executar, muitos deles iniciaram através do Instituto de Emprego da Madeira. Temos 42 funcionários da SocioHabitaFunchal, temos 22 POT, temos Programa Mais, temos Trabalho Precário. É isso que vocês querem? -----

Que a SocioHabitaFunchal seja uma manta de retalhos para com as pessoas, tendo dado falsas expetativas através dos seus programas, através do Instituto de Emprego da Madeira? -----

Não. -----

Vocês lembram-se quando foi o último concurso que abriu na SocioHabitaFunchal? -----

Foi em 2010, porque o Orçamento de Estado não deixava que as Autarquias, nomeadamente, as empresas municipais se endividassem ou contratassem. -----

Eu quando peguei na SocioHabitaFunchal já estava aprovado. É desagradável ouvir que a má gestão da SocioHabitaFunchal é derivado ao novo Administrador. -----

É que a SocioHabitaFunchal tem tido um trabalho muito interveniente junto à população, nomeadamente as áreas comuns, temos tido vários problemas, nós colocamos material muito desgastáveis e as pessoas ainda aceleram esse processo, custa-nos bastante dinheiro, quer as portas automáticas, as luzes, os interruptores, os intercomunicadores,



tudo isso, as coberturas, temos bairros caducos e a SocioHabitaFunchal tem feito um grande esforço para chegar. -----

O Bairro de Santa Maria, está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que quase todas as semanas está connosco para resolver situações desagradáveis. -----

Tempos eram, que muitos partidos votaram contra a requalificação do Bairro de Santa Maria é uma herança pesada que a SocioHabitaFunchal tem hoje em dia. -----

Este aumento de 150 mil euros num contrato-programa, eu ficaria preocupado sim em recuperar os 930mil euros de rendas sociais, 383 rendas técnicas. Quando eu iniciei tinha 1,4 milhões de euros de dívida, hoje em dia tem 1,363 mil euros de dívida porque temos tido feito acordos, temos essa preocupação. -----

Porque é desumano estarmos aqui a falar que há 3800 pedidos, porque temos uma preocupação que é o sistema municipal do arrendamento. -----

Nós sabemos como é que está o Alojamento Local, inflacionou as rendas normais, nós temos os 3800 pedidos, efetivamente não são 3800 pedidos porque temos tido o cuidado de reencaminhar para o sistema municipal de arrendamento, temos acompanhado. -----

Este aumento dos recursos humanos serviu a nós para que possamos ter mais vistorias aos bairros sociais para prevenção, não é só nas serras, temos que prevenir as condições humanas e condições de habitabilidade dentro dos apartamentos da SocioHabitaFunchal.

Vocês nem sequer imaginam os apartamentos como as pessoas deixam, temos de discipliná-los, onde o administrador foi muito criticado, mas não podemos agradar a gregos e a troianos, temos que agradar sim é às condições de habitabilidade que a SocioHabitaFunchal perfaz. -----

Sinto e digo isto à vontade que nós a partir de janeiro de 2018 demos resposta a 120 pedidos de habitação por carta registada, para que as pessoas possam sentir-se e onde encaminhar-se para o pedido de habitação social. -----


Deixo aqui o ultimato, convidava todos vós acompanhar-se, porque eu ando no terreno semanalmente a ver as condições dos apartamentos. Não vão aos bairros sem mim, porque fazer abaixo assinados contra mim não vale, vamos fazer ao contrário, levem-me a mim para a gente ver as condições de habitabilidade que existem e as condições das áreas comuns que as mesmas possui atualmente. -----

A questão aqui é que eu não tenho medo de ir aos bairros porque nós sentimos que este aumento do pessoal é justificativo perante, quer os projetos sociais que nós temos nas férias grandes, nos programas que a gente tem com as escolas, todos esses programas têm que ter recursos humanos. -----

Só para terminar convido a que consultem na SocioHabitaFunchal todo o seu balancete escrutinado e ao pormenor que eu acabei hoje de fazer, só estou à espera do parecer do ROC para mostrar-vos. “ -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, quis afirmar que o PTP tem a solução para os problemas de habitação da cidade do Funchal e para toda a Região Autónoma da Madeira, o que basta é boa vontade e colocar em primeiro lugar o interesse público, o que não aconteceu com o atual Governo Regional e todos os outros nestes últimos 40 anos, que governaram a Região Autónoma da Madeira, que têm tido as prioridades invertidas. -----

Só os gastos com o modelo de exploração portuária ou de licenciamento que permitiu que um grupo empresarial durante mais de 20 anos explorasse o setor portuário da Região sem deixar qualquer contrapartida, permitiria utilizar aqueles 10 milhões de euros de faturação que esta empresa tem em média todos os anos e revertê-los a favor do povo da Madeira e do Porto Santo, resolvendo todos os problemas de habitação. O PTP tem tido uma posição de regionalização do setor portuário, em benefício da Região Autónoma da Madeira. Qual é a posição do PS nesta matéria? O silêncio é significativo. -----



“Como é que nós vamos resolver os problemas de habitação da cidade do Funchal e do resto da Ilha, se não há dinheiro, se continua a haver borlas para os grupos monopolistas que controlam já a Madeira toda, os partidos e todos, tanto que nós vimos que nos estados gerais do PS estava lá um Senhor deste grupo monopolista. -----

Como é que nós vamos esperar uma isenção nesta matéria, como é que nós vamos pregar moral e dizer que vamos resolver os problemas de habitação que existem na cidade do Funchal, como é que nós chamamos estas 3100 famílias que desesperam por uma solução de habitação social, se depois o dinheiro que poderia ser revertido a favor da Região serve para alimentar a gula dos grandes grupos económicos. -----

E o que é que diz o PS em relação a esta matéria? -----

Zero.” -----

- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - Contrato-Programa com a Empresa SocioHabitaFunchal, EM, de acordo com o nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012 de 31/08**, à votação sendo **aprovado por maioria** com trinta e nove votos a favor, sendo vinte votos da Coligação Confiança, dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS/PP, um voto contra da Coligação Nova Mudança (MPT) e duas abstenções sendo uma do PCP/PEV-CDU e uma do PTP. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, veio esclarecer não ser o PSD contra os trabalhadores, muito menos querendo despedir alguém, apenas o move a gestão de Empresa Pública, pelo que pondera requerer um Debate Específico para avaliar a gestão das duas empresas municipais, em nome da transparência. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, quis deixar clara a sua posição: a favor da estabilidade laboral dos funcionários da

SocioHabitaFunchal, viabilizando, por isso, o subsídio de exploração que a Câmara Municipal do Funchal irá transferir para a SocioHabitaFunchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, veio explicitar o seu voto favorável para dar aval à necessidade de efetuar o Contrato-Programa, sem o qual a Empresa SocioHabitaFunchal simplesmente teria de encerrar a sua atividade, com todas as consequências negativas para os inquilinos que habitam os fogos tutelados pela autarquia, tendo ficado patente que o acréscimo a nível do custo com o pessoal, fica aquém das reais necessidades da empresa. -----

--- Não havendo mais nenhuma questão o Senhor Presidente da Assembleia, deu então por concluídos os trabalhos. -----

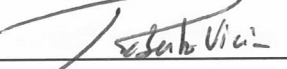
--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia,  -----

--- A Primeira Secretária,  -----

--- O Segundo Secretário,  -----

--- Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão,  -----